



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 18 de fevereiro de 2012

A CRITICA sim & não	1
OPINIÃO	
A CRITICA GUERRA FISCAL.....	2
ECONOMIA	
A CRITICA BOLSA QUALIFICAÇÃO	3
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Qualificação para evitar 760 demissões no PIM	4
ECONOMIA	

sim & não

Receita Novo "capo" da Suframa, Thomaz Nogueira segue a cartilha inaugurada por Flávia Grosso na composição do staff principal da autarquia. Nomeou dois Adjuntos pelo critério técnico e dois pelo político.

Antiga Os técnicos são Francisco Arnobio (Administração) e Gustavo Igrejas (Projetos) e os políticos José Nagib (Planejamento) e Mauro Guimarães (Operações).

GUERRA FISCAL

Suframa contesta governo de São Paulo

Secretário da Sefaz/SP acusa AM de criar obstáculos à indústria paulista

O superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, retrucou ontem as declarações do Secretário de Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, que criticou a decisão favorável da Procuradoria Geral da União (PGU), na última segunda-feira, sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) do Governo do Amazonas, contra benefícios fiscais de ICMS concedidos por São Paulo.

Calabi afirmou - em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, publicada na edição da última quinta-feira - que "causa in-

Busca rápida

*

Oito empresas vão fabricar tablet

A Suframa já autorizou, em 2011, oito projetos para produção de tablets em Manaus, entre elas estão Diebold, Procomp, ZTE, Digibrás, Greenworld, Companhia Brasileira de Tecnologia Digital (CBTD), Positivo Informática e Samsung.

dignação a contestação do governo amazonense", acrescentando que "o que o governo amazonense fez foi uma defesa da sua indústria de transformação entre aspas, porque muitas vezes é mera maquiagem, como intuito de criar obstáculos a que novas empresas se instalem em território paulista".

Nogueira esclarecer dois pontos. O primeiro é que a contestação a que se referiu o Secretário de Fazenda de São Paulo, entre o governo do Amazonas e de São Paulo, é de ordem legal e foi submetida ao Supremo Tribunal Fe-



Thomaz Nogueira defende que a produção dos tablets é assegurada à ZFM

deral (STF). "Como recorrer à Corte Suprema pode causar indignação? Ao Estado de São Paulo é assegurado o direito constitucional de exercer sua mais ampla defesa na Corte Suprema".

O titular da Suframa ressaltou ainda que a Zona Franca tem direito de lutar pela instalação de indústrias de informática em Manaus. "Não menos importante a destacar é que a produção dos tablets, bem como dos demais bens de informática tem exatamente o mesmo processo produtivo, seja em Manaus ou São Paulo, algo que o Senhor Secretário sabe por dever de ofício. Assim, falar em maquiagem é desinformar, confundir, desrespeitar a opinião pública nacional".

A Adin do Amazonas questiona uma lei aprovada pela Assembleia de São Paulo que permite vantagens fiscais para fabricação de tablets e produtos de informática lá, benefício já assegurados à ZFM.

BOLSA QUALIFICAÇÃO

Governo age para evitar dispensas

O Governo do Amazonas, através da Secretaria de Estado do Trabalho (Setrab), intermediou a negociação entre trabalhadores e três empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) e evitou a demissão de 760 pessoas. As empresas Climazon, Jabil e Salcomp aceitaram a proposta da Setrab de inserir os funcio-

nários que seriam demitidos no programa "Bolsa Qualificação Profissional", do Governo Federal. De acordo com a Lei nº 7.998/1990, o programa Bolsa Qualificação Profissional é uma modalidade do Seguro-Desemprego, concedida mediante convenção ou acordo coletivo com o sindicato da categoria, na qual o empregado tem o contrato suspenso junto a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE). A suspensão poderá se estender de dois a cinco meses e, durante este período, o trabalhador recebe um salário referente ao seguro-desemprego e a empresa é obrigada a ofe-

recer curso de qualificação profissional ao empregado suspenso. Conforme o Art 476, após o retorno do funcionário, ele recebe estabilidade de mais três meses. A empresa que dispensar o trabalhador nesse período pagará multa definida previamente em acordo coletivo.

A última negociação intermediada pela Setrab aconteceu na quinta-feira, 16 de fevereiro, com a empresa de carregadores móveis, Salcomp, que estava prestes a demitir 360 funcionários do setor técnico e da produção, conforme informou o coordenador do Sine-Amazonas, Paulo Mendonça.

Qualificação para evitar 760 demissões no PIM

Ontem, 760 trabalhadores do Polo Industrial de Manaus (PIM) foram incluídos no programa "Bolsa Qualificação Profissional" no Amazonas. Os industriários encaminhados no projeto fazem parte do quadro de funcionários das empresas Climazon, Jabil e Salcomp. A inclusão foi feita pelo governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho (Sebrab), na tentativa de preservar os empregos dos profissionais.

As articulações iniciaram ainda no mês passado, quando a Jabil e a Climazon suspenderam o contrato com 150 e 250 trabalhadores, respectivamente. A última negociação, intermediada pela Setrab, aconteceu na última quinta-feira, com a empresa de carregadores móveis Salcomp, que estava prestes a demitir 360 funcionários do setor técnico e da produção, conforme informou o coordenador do Sine-Amazonas, Paulo Mendonça. "O governo do Estado se antecipou à demissão em massa. Normalmente as empresas é que devem nos procurar para intermediar a execução do programa, mas,

como vimos que as mesmas não o fazem, a Setrab está negociando para evitar o desemprego", frisou.

No caso da Salcomp, Paulo Mendonça frisou que foram solicitados cinco meses de suspensão de contrato. Segundo ele, a suspensão começa a ser processada a partir do próximo dia 28 deste mês, quando será montado um posto de atendimento itinerante na própria indústria. Além da Salcomp, o Sine-Amazonas intermediou negociações para o programa, desde janeiro, nas empresas Jabil, que suspendeu 150 funcionários, e Climazon, outros 250. "Muitas empresas, que não conhecem o mecanismo, preferem demitir porque não entendem que o processo é menos burocrático do que parece e não traz prejuízos a nenhuma das partes, uma vez que o seguro é pago pelo governo federal", reforçou Paulo Mendonça.

Início dos cursos

De acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, Valdemir Santana, até março, esses funcionários iniciarão os cursos de qualificação.



A suspensão poderá se estender de dois a cinco meses e, durante esse período, o trabalhador recebe o seguro-desemprego